

1 **ATA DA 07<sup>a</sup> REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**  
2 **PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**

3 Às quatorze horas e trinta minutos do dia 27 de agosto de dois mil e quatorze, nesta  
4 cidade, à Avenida Amazonas nº 558 – 5º andar – Edifício Lutetia – Centro de Belo  
5 Horizonte/Minas Gerais, reuniu-se em plenária ordinária o Conselho Estadual de  
6 Promoção de Igualdade Racial – CONEPIR/MG, para discutir e deliberar sobre a  
7 seguinte pauta: 1- Informe geral; 2- Anulação do Edital de Eleição da Sociedade Civil e  
8 aprovação do novo edital; 3- Cotas para Negros, indígenas e Ciganos no Curso de  
9 Graduação na Fundação João Pinheiro e deliberação da Conferência Municipal de Pedro  
10 Leopoldo- Maria Valéria Braz e Wanderley Dias; 4- Aprovação do Plano da Violência  
11 Contra a Juventude Negra. Estavam presentes os conselheiros: Ronaldo Antônio Pereira  
12 da Silva – SOS Racismo; Grécia Mara Borges da Silva- SEPLAG- Secretária de Estado  
13 de Planejamento e Gestão; Ellen Alves de Oliveira- SEC- Secretária de Cultura; Claudia  
14 de Cássia Aguiar – Secretária de Educação-SEE. Contou, ainda, com a presença dos  
15 seguintes Colaboradores: Mariana de Paula-CAO- Direitos Humanos Ministério Público  
16 de Minas Gerais; Dra. Nívia Mônica Silva- Ministério Público; Marcos Adelino Ferreira-  
17 Centro Religioso e Cultural Terreiro de Candomblé Bakie Bantu Kassanje ; Jaime Aronis-  
18 Federação Israelita do Estado de Minas Gerais; Silvia Elizabeth Contreras Morales;  
19 Milton Damásio Duarte- Militante do movimento Negro de Nova Lima; Bruna Sarah  
20 Salomão- Diretoria de suporte aos Conselhos; Maria Valéria Braz- convidada; Eliane  
21 Baltazar da Costa- Quilombo do Rosário; Pedro Trajano Freitas- NESTH- UFMG;  
22 Clarissa Torres Aguiar- NESTH – UFMG; Ana Carolina Gusmão- Coordenadora Casa de  
23 Direitos Humanos; Antônio Carlos Clemente- UNEGRO e Ébano; Silma Maria Augusta  
24 Fayenuwo- ABRAPPS; Olugbenga Olusola Fayenuwo- Movimento Africa. Justificou a  
25 ausência o conselheiro Clever Alves Machado. Dando início aos trabalhos, em  
26 consonância com os ditames regimentais, o Presidente, Ronaldo Antônio Pereira da  
27 Silva, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão plenária. A colaboradora Silvia  
28 Elizabeth Contreras Morales procedeu à leitura da ATA da reunião plenária realizada no  
29 dia 30 de julho de 2014, a qual foi aprovada pelos conselheiros presentes. A  
30 colaboradora supramencionada, relatou, ainda, um informe sobre as Universidades que  
31 estão ofertando vinte vagas em cursos, para professores que trabalham em escolas de  
32 comunidades quilombolas, esses cursos serão ministrados nas cidades de Berilo e  
33 Janaúba. O presidente Ronaldo Antônio Pereira da Silva explicitou sobre a proposta do  
34 Conselho para instalação da Fundação Palmares, mencionando, ainda, acerca da

35 reunião realizada, com o Secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social,  
36 Eduardo Prates Octaviani Bernis. Divulgou o novo endereço do Núcleo de Atendimento a  
37 Vítimas de Crimes Raciais e de Intolerância, lembrando aos conselheiros que será  
38 realizada uma reunião plenária extraordinária no novo núcleo. Ressaltou, ainda, que  
39 ocorrerá audiência pública com o Deputado Estadual João Leite, para que o referido  
40 Núcleo se torne uma delegacia. Bruna Sarah Salomão, representante da Diretoria de  
41 Suporte e Apoio aos Conselhos de Direitos, relatou sobre a urgência na realização das  
42 eleições do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, informando que, de  
43 acordo com o levantamento realizado junto à Casa Civil, a maioria dos Conselheiros  
44 Governamentais encontra-se com o mandato vencido, e que para se conferir legitimidade  
45 ao processo de eleição será necessário regularizar os mandatos dos Conselheiros  
46 Governamentais. Sugere que seja feito contato com os Conselheiros Governamentais e  
47 com as Secretarias respectivas, para averiguar a possibilidade de uma recondução ou de  
48 uma nova indicação dos conselheiros. Observou ainda, que o novo edital foi enviado a  
49 todos os conselheiros, destacando a necessidade da retificação no artigo 2.3. do mesmo,  
50 vez que está em desacordo com o Regimento Interno, sendo tal alteração aprovada por  
51 todos os Conselheiros presentes. Claudia de Cássia Aguiar esclareceu que a maior parte  
52 dos conselheiros governamentais encontra-se com o mandato vencido ou a vencer em  
53 setembro, advertindo ser um problema para o processo eleitoral, pois deixa o mesmo  
54 vulnerável. Acrescentou ainda, que todos os conselheiros civis estão com os mandatos  
55 vencidos, exceto o representante da CEDEFES. Indagou se todos os conselheiros leram  
56 o edital e solicita comentários a respeito. Destacou que as datas do cronograma do  
57 processo eleitoral dependerão da publicação do edital, propondo fazer um anexo com o  
58 cronograma, o que não impediria a aprovação do edital. Silvia Elizabeth Contreras  
59 Morales perguntou o motivo da Lista de Entidades constarem apenas dez nomes, se no  
60 Conselho são onze cadeiras, ressaltando, ainda, que a Assessoria Jurídica da SEDESE  
61 deveria analisar o edital. Sugere que se contate a FETAEMG para que concorra a uma  
62 das vagas na eleição do Conselho. Claudia de Cássia Aguiar questiona sobre a entrega  
63 aos conselheiros presentes de uma lista de entidades concorrentes às cadeiras vagas no  
64 Conselho. Esclareceu que com a anulação do edital todo o processo deve ser reiniciado,  
65 portanto não há possibilidade da existência de uma lista de entidades inscritas. Jaime  
66 Aronis esclareceu que a lista de entidades, se refere àquelas que trouxeram  
67 documentação anteriormente à anulação. Claudia de Cássia Aguiar ressaltou que todo o  
68 processo foi anulado, sendo que as entidades interessadas devem apresentar nova

69 documentação. Podem até aproveitar alguns anteriormente enviados, mas em virtude  
70 das datas de vigência de alguns, novos documentos deverão ser solicitados no ato da  
71 inscrição. Bruna Sarah Salomão esclareceu que a nova comissão eleitoral será  
72 responsável por analisar as documentações das entidades para proceder a habilitação.  
73 Jaime Aronis indagou se poderá participar da Comissão Eleitoral posto que a entidade  
74 que ele representa está se candidatando à uma cadeira no Conselho. Bruna Sarah  
75 Salomão informou que no Regimento Interno, ele pode compor comissão eleitoral, porém  
76 como a entidade que compõem a Comissão Eleitora não tem direito a voto, caso ele  
77 permaneça na Comissão não poderia votar. Entretanto, relembra que antes de publicar o  
78 edital é necessário resolver a questão dos conselheiros governamentais. Claudia de  
79 Cássia Aguiar sugeriu enviar um ofício para cada Secretaria de Estado informando que o  
80 mandato está vencido e pedindo a recondução ou indicação de novos representantes.  
81 Os conselheiros aprovaram com unanimidade o novo edital. Grécia Mara Borges da Silva  
82 perguntou se há possibilidade da recondução dos representantes da Sociedade Civil.  
83 Bruna Sarah Salomão informou haver sim a possibilidade de recondução dos  
84 representantes da Sociedade Civil, e que, para isso, a entidade interessada em  
85 permanecer no CONEPIR deve enviar um ofício solicitando a recondução do mandato ou  
86 indicando novos representantes. Esclarece que o mandato pertence à entidade.  
87 Silma Maria Augusta Fayenio, representante da ABRAPPS, informou que será realizado  
88 um evento sobre igualdade racial em Belo Horizonte no mês de novembro. Silvia  
89 Elizabeth Contreras Morales solicitou informações sobre a representação do ITER que  
90 pertence à SEAPA. Bruna Sarah Salomão informou que foi solicitada orientação ao  
91 jurídico da SEDESE em relação ao ITER. Acrescentou a necessidade de participação  
92 efetiva das entidades no Conselho, e que a recondução, direito garantido no Regimento,  
93 facilitará a realização do processo eleitoral. Sugeriu que o Conselho entre em contato  
94 com as entidades para saber o interesse na recondução. Claudia de Cássia Aguiar  
95 sugeriu fazer um levantamento de quais são as cadeiras que estão vagas,  
96 acrescentando ainda, a necessidade da Comissão Eleitoral se reunir para fazer este  
97 levantamento. Grécia Mara Borges da Silva ressaltou que além da eleição, o mais  
98 importante é manter o Conselho em funcionamento. Claudia de Cássia Aguiar sugeriu  
99 uma reunião da Comissão Eleitoral para o dia 05/09/2014 às 15 horas. Doutora Nívia  
100 Mônica apresentou o Plano do Ministério Público Estadual, visando à implementação de  
101 ações conjuntas que assegurem à adesão do Ministério Público Estadual de Minas  
102 Gerais à “Campanha Igualdade Racial é Pra Valer”. Destacou que irá marcar uma

103 reunião com o presidente Ronaldo Antônio Pereira da Silva, Clever Alves Machado e  
104 Jaime Aronis, para dar andamento ao Seminário Estadual de Promoção da Igualdade  
105 Racial com os Municípios, a ser realizado no final do ano. Sílvia Elizabeth Contreras  
106 Morales sugeriu que a Revista do Ministério Público Estadual faça uma matéria  
107 divulgando o Conselho. Dra. Nívia Mônica da Silva explicitou ser possível fazer uma  
108 entrevista com três membros do Conselho. Marcos Adelino Ferreira sugeriu fazer uma  
109 matéria com o tema Religião de Matriz Africana. Dra. Nívia Mônica da Silva ressaltou que  
110 encaminhará o pedido e marcará as entrevista. O presidente Ronaldo Antônio Pereira da  
111 Silva apresentou o Plano da Juventude para aprovação da plenária. Grécia Mara Borges  
112 da Silva esclareceu que no Plano da Juventude existem ações estratégicas que serão  
113 desenvolvidas por outras Secretarias. Cláudia de Cássia Aguiar ponderou que o  
114 Conselho coloque o Plano de Juventude seja enviado para as Secretarias Estaduais  
115 envolvidas e seja colocado também em consulta pública, entretanto a segunda parte da  
116 proposta não é viável neste momento devido ao período eleitoral. Acrescentou que  
117 não se deveria aprovar o Plano que atribui ações para outras Secretarias sem consultá-  
118 las até para saber se é possível executar as ações propostas sem conflito de  
119 competência. Por este motivo a aprovação do Plano deveria ser adiada. Sílvia Elizabeth  
120 Contreras Morales ressaltou não ser o momento de aprovar um plano tão importante. O  
121 presidente concordou com a sugestão e fará o encaminhamento o mais rápido possível.  
122 Sílvia Elizabeth Contreras Morales sugeriu fazer juntamente com a conselheira Cláudia  
123 de Cássia Aguiar a proposta de consulta para as Secretarias. Maria Valéria Braz  
124 apresentou o edital da Fundação João Pinheiro, onde não consta cota para  
125 afrodescendentes, solicitando o apoio do Conselho para apresentar a demanda à  
126 Fundação. Sílvia Elizabeth Contreras Morales sugeriu fazer um ofício recomendando a  
127 aplicação da lei de cotas para afrodescendentes no vestibular da Fundação João  
128 Pinheiro. Mencionou, em seguida, a necessidade de manifestação do CONEPIR na  
129 questão do impacto que as mineradoras impõe às comunidades quilombolas. Cláudia de  
130 Cássia Aguiar destacou que a situação em alguns municípios é muito grave. Morro do  
131 Pilar, por exemplo, receberá um empreendimento de mineração que trará para a cidade  
132 de dois mil habitantes mais de quatro mil homens. É o dobro da população existente. O  
133 Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, da qual faz parte, está discutindo o  
134 impacto deste aumento repentino e exacerbado da população, em especial a masculina,  
135 em municípios tão pequenos. As Secretarias Estaduais de Defesa Social, Saúde,  
136 Educação, Assistência Social deveriam ser envolvidas no planejamento destes

137 empreendimentos minerários. No que se refere aos quilombolas, entende que é  
138 necessário e urgente que o Conselho discuta e atue na proteção destas populações no  
139 sentido de diminuir este impact. Clarissa Torres Aguiar sugeriu convidar professores da  
140 UFMG que trabalham esta temática para contribuir com a discussão e trazer  
141 esclarecimentos sobre o assunto. O Conselho deve fazer formalizar um convite para os  
142 professores participarem de uma reunião plenária .O Conselho aprova a sugestão e fará  
143 o convite. Sem mais a discutir, o presidente encerrou a plenária e eu, Dirlene Ribeiro  
144 Lopes, funcionária do Conepir, lavrei a presente ata.

145

146 Ronaldo Antônio Pereira Silva ( Presidente do CONEPIR)

147

148 Grécia Mara Borges da Silva (SEPLAG)

149

150 Ellen Alves de Oliveira (SEC)

151

152 Claudia de Cássia Aguiar (SEE)

153